

Contabilidade Gerencial: a contribuição do uso de indicadores de liquidez financeira no gerenciamento de micro e pequenas empresas - MPEs.

Anderson da Silva Santos¹

Francinildo Carneiro Benicio²

Renan Afonso da Costa³

RESUMO

Diante da importância das MPEs na economia brasileira, faz-se necessário um estudo da situação gerencial dessas empresas. Este trabalho busca evidenciar a contribuição do uso de indicadores de liquidez financeira no gerenciamento de micro e pequenas empresas. Aqui, analisa-se o emprego dos índices na tomada de decisão juntamente com alguns mecanismos da contabilidade. A coleta das informações foi realizada através da aplicação de um questionário, na qual era composto de questões objetivas e pela solicitação do balanço patrimonial da empresa entrevistada, entretanto obteve-se apenas uma demonstração como fonte de dados. Assim, o estudo fará uso de uma descrição qualitativa e quantitativa dos dados para demonstrar a importância dos indicadores econômicos no processo decisório. Com isso, mensura-se o percentual dos entrevistados que conhecem as demonstrações contábeis e as utilizam na gerência, se bem como, o seu uso no estabelecimento de limite de endividamento, na avaliação da capacidade de pagamento e no planejamento empresarial. Verifica-se, também, a execução dos indicadores na empresa “X” em que analisou-se de forma resumida os seus resultados. Dessa forma, apresenta-se a visão dos empresários quanto à utilização das ferramentas gerenciais na gestão das entidades e sua viabilidade prática.

Palavras-chave: Contabilidade; Gerência; Indicadores; Informações; Utilização.

1 INTRODUÇÃO

A cada ano que passa, e com incentivo do governo, aumenta-se o número de micro e pequenas empresas no Brasil, e em proporção sua importância para a economia nacional.

¹ Graduado em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Piauí. E-mail: anderson_9-6-3@hotmail.com

² Mestrando em Administração de Empresas. Especialista em Gestão e Contabilidade Pública. MBA em Auditoria e Controladoria. Graduado em Ciências Contábeis. Contador. Professor Substituto da UFPI. E-mail: francinildo_benicio@hotmail.com

³ Graduado em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Piauí. E-mail: renancosta.18@hotmail.com

Segundo pesquisas do SEBRAE em 2014, somam-se 9 milhões de micros e pequenas empresas - MPEs no país, representando cerca de 27% do PIB e empregando 52% da mão de obra formal. Mesmo assim, é grande o número de MPE que não conseguiu sobreviver no mercado por mais de cinco anos.

Segundo pesquisas, uma das causas principais para esse acontecimento é falta de planejamento e de gestão. Esta, nas micros e pequenas empresas está prejudicada devido à falta de preparo do dono do negócio e, por consequência, a má utilização das ferramentas contábeis no processo decisório, utilizando-as apenas para atender o fisco. Dentre os mecanismos gerenciais, capazes de fornecer informações para tomada de decisão, estão os indicadores de liquidez financeira.

Este trabalho se justifica pela tentativa de responder ao problema norteador. Para isso, demonstra-se a relevância desses índices na tomada de decisão nas MPEs, evidenciando a viabilidade econômica e prática de sua utilização e buscando constata-los como ferramenta gerencial no processo decisório.

Para o desenvolvimento do estudo, formulou-se o problema: Qual a contribuição dos indicadores de liquidez financeira no gerenciamento das MPEs?

Para resolver a essa questão, este estudo tem como objetivo demonstrar a contribuição dos índices de liquidez financeira na tomada de decisão nas MPEs, destacando sua importância para a gestão e seu impacto na tomada de decisão, assim como, os mecanismos a serem utilizados nesse processo.

Para este estudo quanto a metodologia é uma pesquisa de campo de natureza qualitativa e quantitativa, buscando-se em trabalhos científicos descrever a utilidade da informação gerencial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade gerencial

A contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que fornece informações para auxiliar o gestor na tomada de decisão.

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira, se balanços etc. colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório (IUDÍCIBUS 2006, p. 18)

Diante da conceituação de Iudícibus, percebe-se que a contabilidade gerencial difere dos demais ramos da contabilidade no quesito enfoque. Enquanto, os outros (ramos) apresentam a contabilidade dentro de seu limite conceitual, a gerencial impõe um olhar mais analítico, capaz de conferir aos usuários informações necessárias à decisão. Assim, a contabilidade gerencial distingue-se da contabilidade financeira, por exemplo, pelo fato de o destinatário de cada informação ser diferente, pois nem toda informação contábil serve para todo tipo de usuário. Desse modo, a contabilidade gerencial deve estar inserida em toda empresa, auxiliando o gestor na tomada de decisão.

Dessa forma, a contabilidade gerencial tem fundamental importância para todas as organizações, independentemente de seu porte. Deste modo, um dos instrumentos utilizados nesse processo decisório são as análises econômico-financeiras por indicadores.

2.2 Indicadores econômico-financeiros

Os indicadores são ferramentas de análise de balanço que evidenciam a situação econômica, financeira e patrimonial das entidades.

Conforme conceitua Padoveze (2006, p. 192):

Os indicadores econômico-financeiros são os elementos que tradicionalmente representam o conceito de análise de balanço. São cálculos matemáticos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, procurando números que ajudem no processo de classificação do entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade.

O objetivo desses indicadores é fornecer aos administradores informações necessárias ao gerenciamento do negócio. Essas informações possibilitam uma verificação de tendência dos acontecimentos e a partir delas pode-se tomar uma decisão com mais segurança.

Dentre os indicadores econômico-financeiros, pode-se citar: Indicadores de liquidez, índices de estrutura de capital, índices de rentabilidade e índices de realização financeira.

O presente trabalho irá explorar apenas os indicadores de liquidez, fazendo a análise de sua contribuição na tomada de decisão nas MPEs quanto a avaliação da capacidade de pagamento.

2.3 Indicadores de liquidez

Os indicadores econômico-financeiros efetuam cálculos a partir de valores extraído do balanço patrimonial para obter resultados que ajudam a identificar sua posição e entender a situação da empresa em seus aspectos patrimoniais e financeiros.

Para Padoveze (2006, p. 208), “esses indicadores buscam evidenciar a condição da empresa de saldar suas dívidas e de sua estrutura de endividamento”. Está composto por liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata, liquidez geral e endividamento.

2.3.1 Liquidez Corrente

A liquidez corrente objetiva evidenciar a capacidade de pagamento da empresa com valores de curto prazo, relacionando os bens e direitos com dívidas, ou seja, verifica se os valores contidos no ativo circulante são suficientes para cumprir as obrigações contidas no passivo circulante, quanto maior o valor encontrado neste índice melhor. Então, seu cálculo consiste na razão entre ativo circulante e passivo circulante. Conforme a fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

É importante mencionar que em períodos de recessão deve-se ter um cuidado maior na utilização desse quociente como suporte à tomada de decisão, visto que as vendas diminuem e os valores dos estoques são mais elevados. Afetando, assim, o resultado do cálculo. Isso implica na real capacidade da empresa em liquidar suas dívidas.

2.3.2 Liquidez Seca

Liquidez seca diferencia-se da liquidez corrente, pois exclui do ativo circulante os estoques. Dessa forma, “transforma essa parcela do ativo apenas em valores recebíveis, jogando contra valores a pagar”. Padoveze (2006, p. 211)

Seu cálculo conforme a fórmula:

$$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para Iudícibus (2006), a eliminação dos estoques do numerador, exclui o fator incerteza, considerando apenas dinheiro em caixa e em bancos e contas a receber de curto prazo. Assim, este quociente é melhor empregado nas empresas que possuem um maior ciclo operacional e, principalmente, em recessão econômica. Iudícibus (2006) menciona ainda o fato de tais estoques ao serem vendidos incorreria em despesas que fariam com que o ativo diminuísse seu valor. Nesta perspectiva, é bastante aceitável retirar-se do ativo circulante os estoques para a realização do cálculo.

2.3.3 Liquidez Imediata

Liquidez imediata considera apenas os ativos financeiros efetivamente disponíveis para serem utilizados nos pagamentos de curto prazo. (PADOVEZE, 2006, p. 212)

Este indicador é entendido como a capacidade de pagamento imediata das dívidas de curto prazo. Seu valor é calculado pelo quociente de disponibilidades e o passivo circulante.

Conforme a fórmula:

$$\text{liquidez imediata} = \frac{\text{disponibilidade}}{\text{passivo circulante}}$$

Para Ferrari (2009, p.62) “nem sempre um elevado índice de liquidez imediata traduz uma situação favorável.” Isso acontece devida a inflação. E um índice de liquidez imediata elevado significa dinheiro parado e, por conseguinte, perdas pela sua desvalorização. Pode-se, também, concluir que um alto índice obtido pelo cálculo é mais interessante para as empresas que realizam grande parte de suas operações à vista.

2.3.4 Liquidez Geral

Segundo Padoveze (2006) este índice analisa o ativo e o passivo utilizando tanto os valores de curto e longo prazo, verificando a capacidade de cumprimento de suas obrigações totais. Quanto maior o resultado desse índice melhor. No entanto, conforme Ferrari (2009), observa-se que para a situação da empresa ser considerada boa é necessário que a liquidez geral seja superior a 1. Dessa forma, Liquidez geral analisa a capacidade de pagamento sob a perspectiva das condições totais da empresa, o quociente do ativo total e passivo total. De acordo com a fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Para Iudícibus (2006), o fato de os prazos liquidação do ativo e de pagamento do passivo serem bastante diferenciados implica no sentido da utilização deste quociente. Para ele a solução seria o cálculo do valor atual, ou seja, trazer essas informações a valor presente de forma a reduzir as distorções existentes no cálculo.

Diante do exposto, percebe-se a importância dos indicadores de liquidez financeira como mecanismo contábil capaz de mensurar o desempenho da empresa e sua capacidade de honrar seus compromissos mediante à terceiros.

2.4 Demonstrações financeiras

Conforme a resolução CFC nº 1.185/09 que dispõe sobre a apresentação das demonstrações contábeis, estas são: “uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade”. Diante disso, essas demonstrações têm como objetivo proporcionar informações necessárias à tomada de decisões a seus usuários.

Conforme a lei 6404/76 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, as demonstrações financeiras que serão elaboradas no final do exercício social são:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Porém, a resolução CFC Nº. 1.185/09, exemplifica-as, denominando como o conjunto completo de demonstrações contábeis:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (f) demonstração do valor adicionado do período, conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;
- (g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias;

Para ITG 1000 que dispõe sobre o modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte, a entidade deve informar: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. E de forma opcional, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Entretanto, sua apresentação é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3. MÉTODO

A população utilizada na pesquisa foram as micro e pequenas empresas do ramo do comércio varejista de material de construção da cidade de Parnaíba que se encontram devidamente ativas, as quais totalizam 228 no município, segundo o site CNC (2017).

A amostra de 23 empresas foi calculada com base no percentual mínimo de 10%, sendo assim a determinação do valor amostral da população do ramo de comércio varejista de material de construção ativas no município de Parnaíba que é 228 obtém-se o resultado aproximadamente 23 empresas.

As empresas escolhidas para a coleta dos dados deram-se através do site do CNC, onde verificou-se se estavam ativas e o total de empresas existentes no município de Parnaíba,

também se verificou que o site havia sido atualizado dia 11/01/2017, certificando assim a veracidade das informações contidas nele.

Quanto às técnicas de coletas de dados é uma pesquisa de campo e uma pesquisa documental. Na primeira, segundo Gonsalves (2001), o pesquisador tem contato com a realidade do objeto a ser examinado, assim, utilizou-se de questionários que foram aplicados em diversas empresas do ramo de comercio varejista de material de construção. Para Ludke e André (1986), a análise documental é útil na pesquisa qualitativa, no complemento de informações obtida por outras técnicas. Assim, a pesquisa documental concentra-se na investigação de dados obtidos a partir de documentos. Dessa forma, foi solicitado o Balanço Patrimonial, permitindo um aprofundamento dos aspectos principais e proporcionando uma nova visão sobre o tema com a finalidade de compreender a contribuição dos indicadores econômicos na tomada de decisão.

Os dados foram coletados durante o mês de janeiro de 2017 através de um questionário, no qual haviam 9 questões, sendo que 8 se referiam ao conhecimento dos demonstrativos contábeis e o uso de indicadores para o gerenciamento do seu empreendimento. Todas as 8 são objetivas. A 9ª questão solicitou aos empresários a disponibilização das demonstrações de suas empresas dos anos de 2014 e 2015 para aplicação dos indicadores, todos os questionários foram entregues pessoalmente aos empresários para que se esclarecesse alguma dúvida sobre a finalidade das perguntas.

O Balanço Patrimonial da empresa “X” foi colhido por análise documental e então foram aplicados os cálculos dos indicadores de liquidez financeira.

Por fim, neste estudo usou-se de uma descrição qualitativa e quantitativa dos dados para demonstrar a importância dos indicadores econômicos no processo de decisão a partir de pesquisas nas mais variadas fontes bibliográficas e análise dos dados encontrados colhidos na pesquisa de campo.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

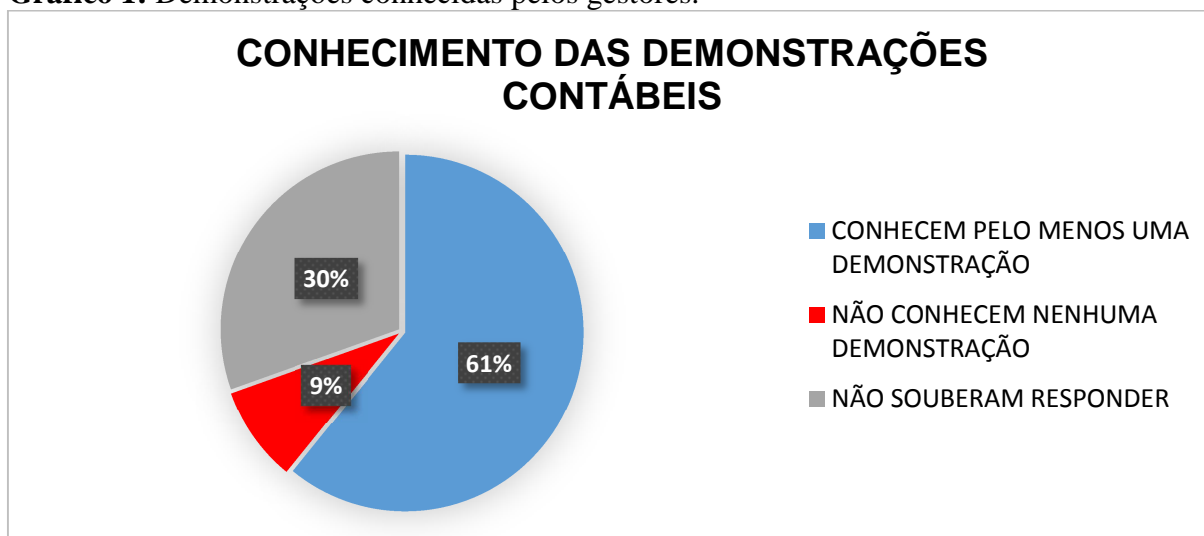
Este item do trabalho está destinado a analisar e discutir os resultados da pesquisa diante dos subitens apresentados. Neles, são expostos o percentual dos empresários entrevistados que conhecem as demonstrações contábeis e os que as usam para fins gerenciais. Além disso, faz-se um estudo sobre conhecimento dos indicadores de liquidez financeira pelos gestores das MPEs. Dessa forma, identificando qual a relação dos que estabelecem um limite de endividamento, avaliam sua capacidade de pagamento e utilizam os índices no seu planejamento. Também é feita a análise dos indicadores da empresa “X”,

classificada como pequena empresa, na qual as informações do balanço patrimonial foram cedidas por um dos entrevistados.

4.1 Conhecimentos dos empresários sobre os relatórios contábeis

Neste tópico, busca-se analisar o percentual dos empresários e gestores das MPes que conhecem os relatórios contábeis, diante das três opções: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

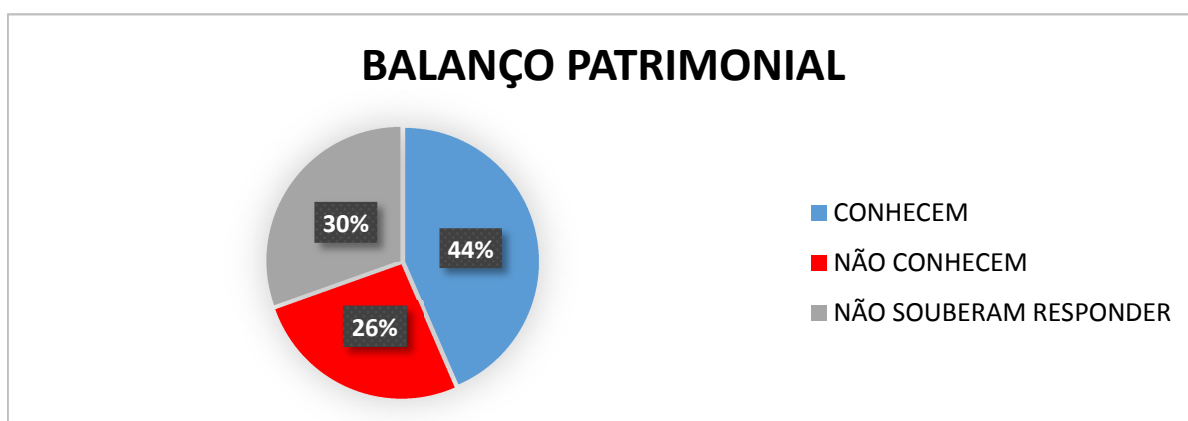
Gráfico 1: Demonstrações conhecidas pelos gestores.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo o gráfico 1, 61% dos entrevistados afirmaram conhecer pelo menos uma demonstração, 9% disseram não conhecer nenhuma e 30% não soube responder à questão.

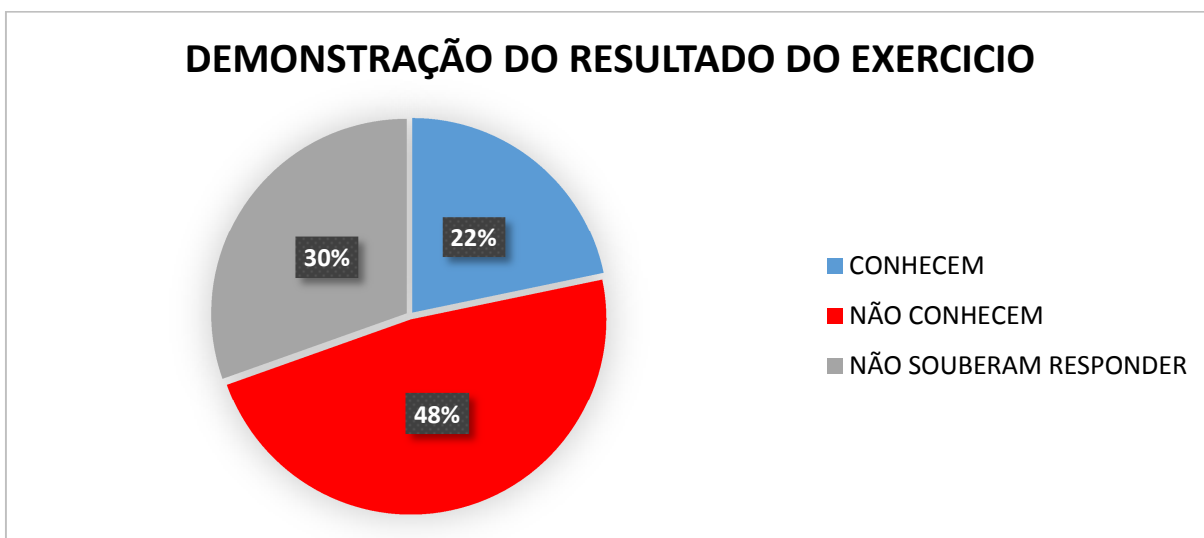
Gráfico 2: Demonstrações conhecidas pelos gestores: Balanço Patrimonial



Fonte: Elaborado pelos autores.

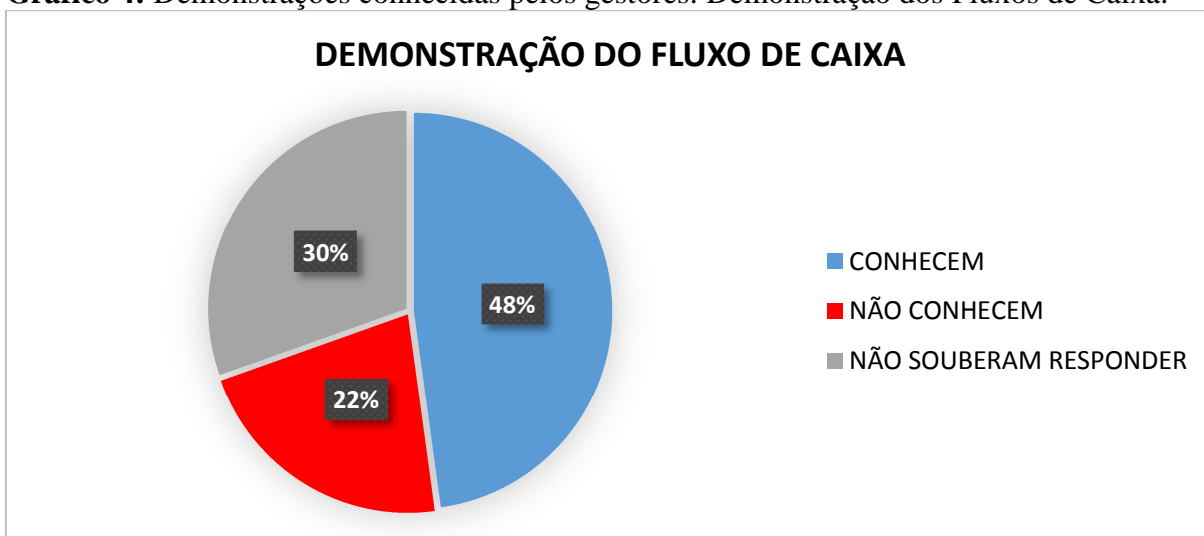
De acordo com os resultados obtidos na entrevista, conforme o gráfico 4, feita aos empresários e gestores das MPEs sobre o conhecimento das demonstrações, percebe-se que 48% dos entrevistados conhecem a DFC, sendo este o mais conhecido, seguido por 44% que conhecem o BP, segundo o gráfico 2, e 22% que admitiram conhecer a DRE, consoante o gráfico 3. Nota-se, também que 30% não souberam responder.

Gráfico 3: Demonstrações conhecidas pelos gestores: Demonstração do Resultado do Exercício.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4: Demonstrações conhecidas pelos gestores: Demonstração dos Fluxos de Caixa.



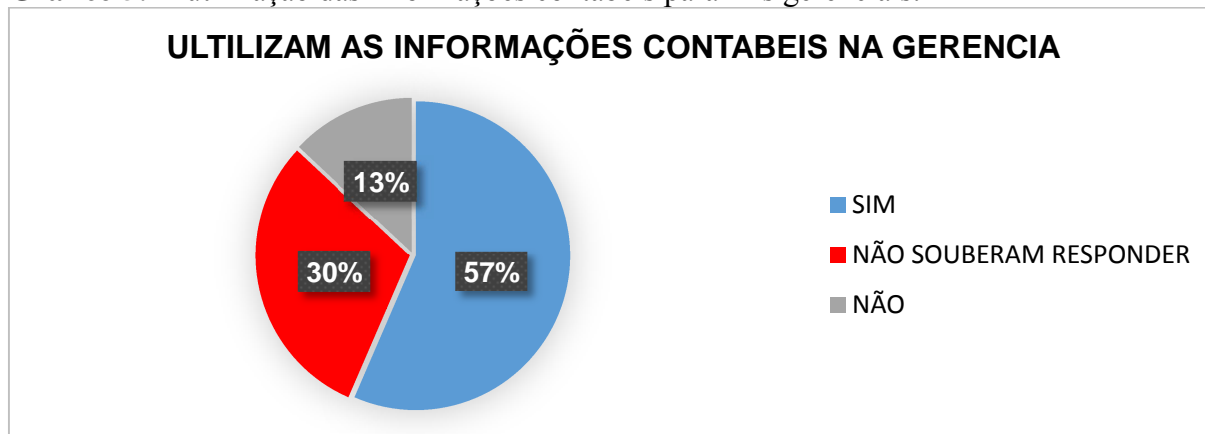
Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante disso, conclui-se que, dentre os entrevistados, o percentual dos empresários e gestores que conhecem os relatórios contábeis é considerado desproporcional em relação a necessidade de seu conhecimento, pois se tomar-se como exemplo o BP, demonstração fundamental no cálculo dos indicadores de liquidez financeira, apenas 44% o conhecem, isso significa dizer que 26% responderam não conhecer essa demonstração, e mais, esse percentual pode chegar a 56% se somado aos 30% dos que não souberam opinar.

4.2 A utilização das informações contábeis para fins gerenciais

Este tópico informa quantos dos empresários ou gestores utilizam das informações contábeis para fins gerenciais do total dos entrevistados.

Gráfico 5: A utilização das informações contábeis para fins gerenciais.



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o gráfico 5, pode-se observar que 57% dos entrevistados utilizam-se dessas informações e 13% não as utilizam. 30% não souberam responder. Diante disso, percebe-se que a maioria dos empresários para tomar decisões usa a as informações contábeis.

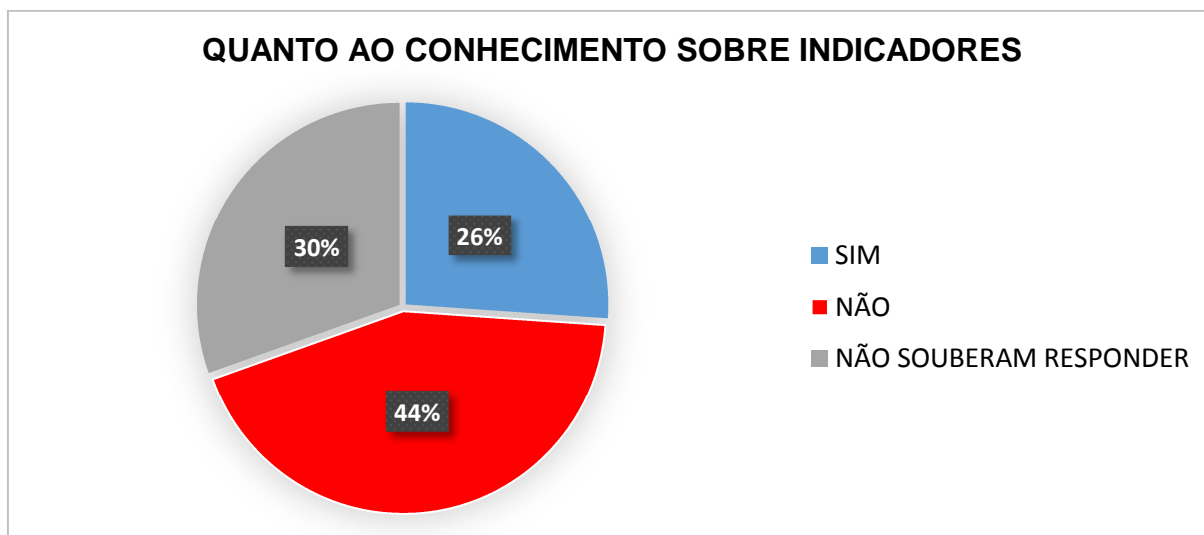
Dessa maneira, comparado com o gráfico 1 do tópico anterior, nota-se o percentual dos questionados que afirmaram usar essas informações (57%) representam 93% (57%/61%) em relação aos que conhecem pelo menos uma demonstração. Dessa forma, demonstrar-se que é expressivo o número de gestores que conhecem e utilizam os relatórios contábeis na tomada de decisão.

4.3 Conhecimento dos empresários sobre os indicadores de liquidez financeira

Este tópico está destinado a comentar sobre o conhecimento dos empresários a respeito dos indicadores de liquidez financeira. Sendo eles: liquidez corrente, liquidez seca,

liquidez imediata e liquidez geral. Dessa maneira, evidenciando a porcentagem dos questionados e apontando quais indicadores eles afirmaram conhecer.

Gráfico 6: Conhecimento sobre os indicadores de liquidez financeira.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em concordância com o gráfico 6, constata-se que apenas 26% dos respondentes afirmaram conhecer os indicadores. Logo, significativamente, 44% declararam desconhecer e 30% não souberam responder.

Assim, nota-se um percentual baixo dos que conhecem os indicadores de liquidez financeira, visto que, aproximadamente, apenas um quarto dos entrevistados disseram conhecer os indicadores. Por conseguinte, a maioria respondeu desconhecer tais índices.

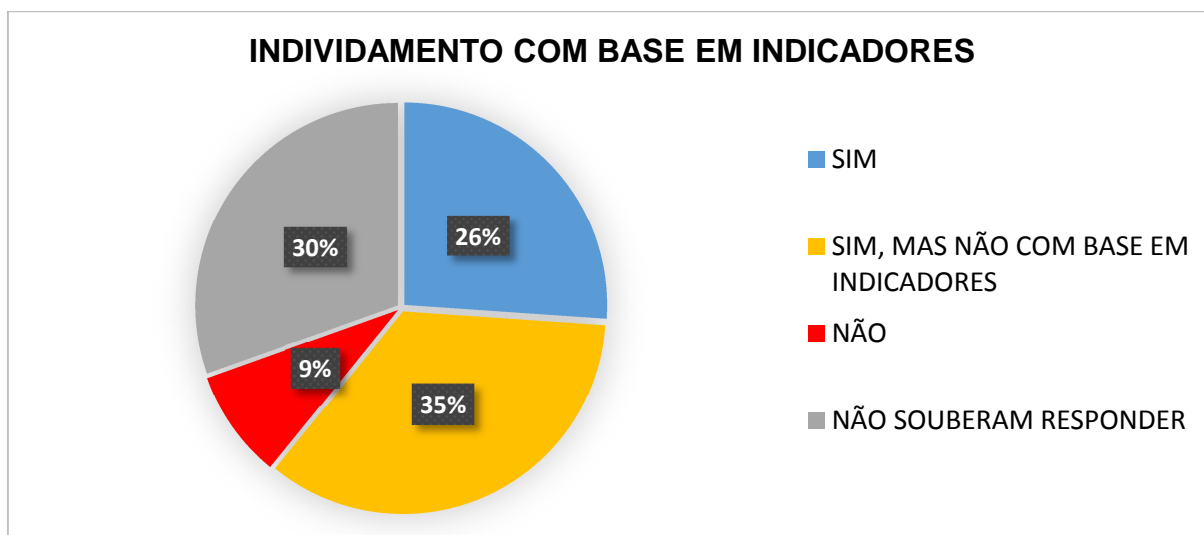
4.4 Endividamento com base em indicadores de liquidez

Este tópico aborda a porcentagem entre os questionados que estabelecem um limite de endividamento com base nos indicadores de liquidez, aqueles que não deixa suas dívidas ficarem desproporcionais em relação a sua capacidade de pagar.

Segundo o gráfico 7, pode-se verificar que apenas 26% dos entrevistados responderam utilizar-se dos índices para tomar decisões de assumir ou não novas dívidas, 35% afirmaram estabelecer um limite de endividamento, mas não com base nos indicadores de liquidez, 9% disseram não determinar de forma alguma um limite de endividamento e 30% não souberam opinar.

Sendo assim, infere-se que os 26% que admitiram estabelecer um limite de endividamento com base nos indicadores são os mesmos 26% que afirmaram conhecer esses índices no tópico anterior, conclui-se, dessa forma, que 100% dos gestores respondentes que admitiram conhecer, utilizam esses índices no processo decisório.

Gráfico 7: Limite de endividamento com base em indicadores de liquidez.



Fonte: Elaborado pelos autores.

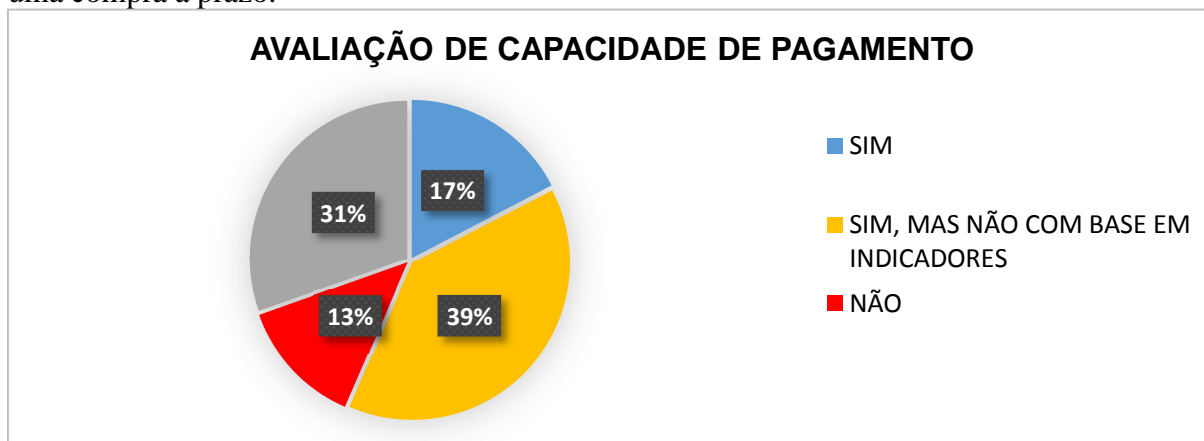
Nota-se, também, que a maioria (35%) respondeu sim, mas não com base em indicadores, isto é, estabelecem um limite de endividamento, porém, não utilizam os indicadores para tomar tal decisão.

4.5 Uso dos indicadores para avaliar a capacidade de pagamento

Neste tópico apresentam-se os resultados para a questão do uso dos indicadores feito pelos administradores para avaliar a capacidade de pagamento das empresas, quer dizer, antes da assunção de novas dívidas existe a consulta de sua capacidade de pagar.

De acordo com o gráfico 8, percebe-se que 17% dos questionados que consultam os indicadores antes de fazer uma compra à prazo, 39% responderam que analisam sua capacidade de pagar, mas não com base em indicadores, 13% admitiram não avaliar a capacidade de honrar seus compromissos e 31% não souberam responder.

Gráfico 8: Utilização dos indicadores para avaliar a capacidade de pagamento, antes de fazer uma compra a prazo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

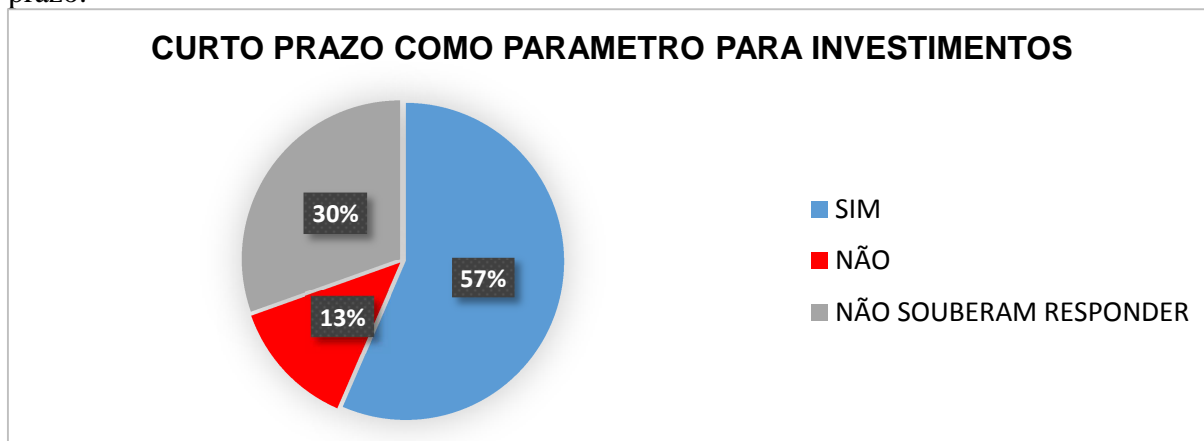
Diante disso, observa-se que 17% dos entrevistados que responderam sim representam aproximadamente 65% ($17\%/26\%$) dos que admitiram conhecer os indicadores, conforme o gráfico 6. Percebe-se, também, que a maioria dos respondentes (39%) afirmaram tomar a decisão de comprar a prazo, antevendo conseguir pagar, porém sem o uso dos indicadores.

4.6 Avaliação da capacidade de pagamento com valores de curto prazo

Neste tópico, apresenta-se o conceito de liquidez corrente, visto que se analisa os resultados sobre uso dos direitos de curto prazo como parâmetro para contrair dívidas, também, de curto prazo pelos administradores.

Conforme o gráfico 9, 57% dos respondentes disseram utilizar os valores de direitos recebíveis no curto prazo como parâmetro para contrair dívidas, também, de curto prazo. Enquanto, 13% negaram usar esses valores como parâmetro e 30% não souberam responder.

Gráfico 9: Direitos recebíveis no curto prazo como parâmetro para contrair dívidas de curto prazo.



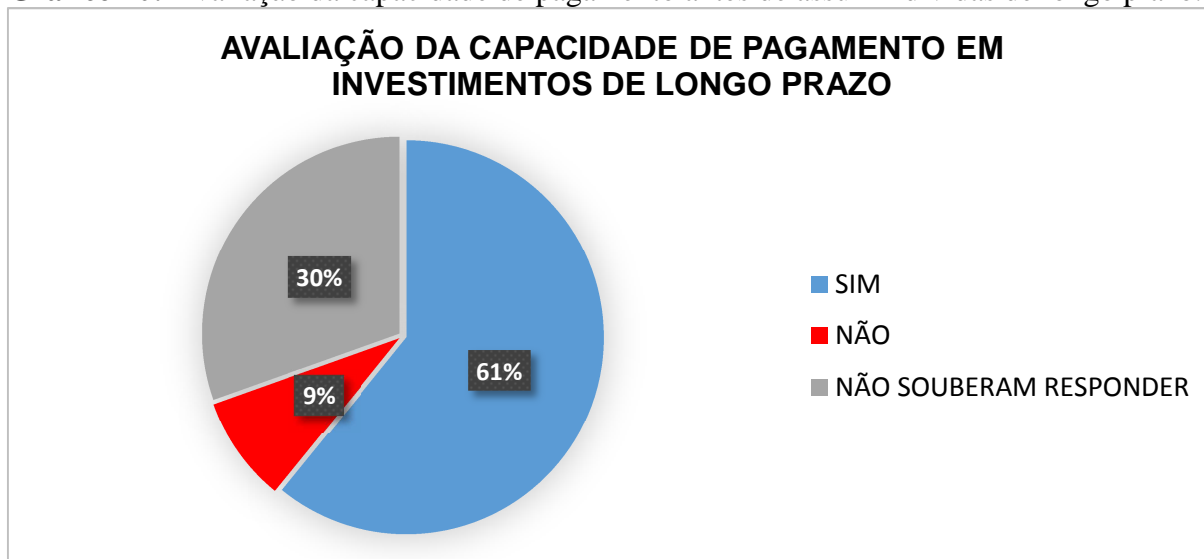
Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, percebe-se que mais da metade analisam sua capacidade de pagar com valores recebíveis no curto prazo, dessa forma, essa porcentagem ultrapassa, até mesmo, os que afirmaram conhecer os índices de liquidez (26%), comparando com o gráfico 6. Concluindo-se que mesmo a alguns daqueles que desconhecem os indicadores utilizam-nos para a tomada de decisão.

4.7 Avaliação da capacidade de pagamento das obrigações de longo prazo com valores de curto e longo prazo

Neste tópico, apresenta-se o conceito de liquidez geral, pois analisa-se os resultados obtidos após as respostas dos administradores sobre a avaliação da capacidade de cumprir com suas dívidas de longo prazo com base nos valores de caixa e de direitos de curto e longo prazo.

Gráfico 10: Avaliação da capacidade de pagamento antes de assumir dívidas de longo prazo.



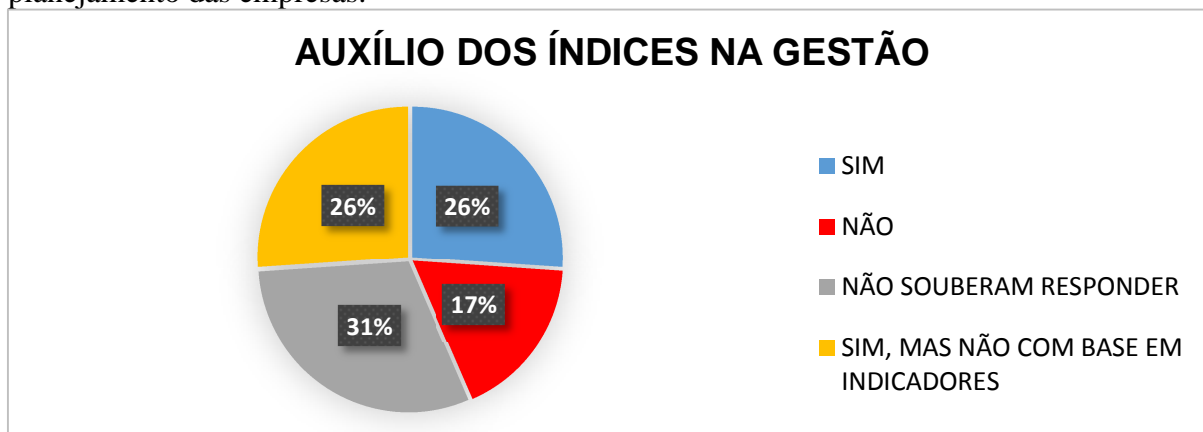
Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o gráfico 10, nota-se que 61% dos entrevistados responderam avaliar sua capacidade de pagamento antes de fazer uma compra de longo prazo, 9% admitiram que não avaliam e 30% não souberam responder. Dessa forma, percebe-se que a maior parte, antes de efetuar um investimento analisam sua capacidade de pagar no longo prazo.

4.8 Indicadores de liquidez no planejamento da empresa

Este tópico é destinado a discutir sobre a utilização de indicadores de liquidez financeira de anos anteriores no planejamento feito pelos administradores nas MPes.

Gráfico 11: Os índices de capacidade de pagamento de anos anteriores como auxiliar no planejamento das empresas.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo o gráfico 11, percebe-se que 26% dos entrevistados responderam utilizar os indicadores de liquidez financeira no planejamento da empresa, ao mesmo tempo que, 26% afirmaram utilizá-los, mas não com base neles. Assim, 17% dos respondentes admitiram não utilizar e 31% não soube responder.

Assim, observa-se que a maioria dos questionados afirmaram utilizar os índices no planejamento, mesmo assim, esse percentual é considerado abaixo das expectativas, visto que, existem 17% que não utilizam essas informações para esboçar suas metas.

4.9 Análise dos indicadores da empresa “X”

Este tópico está destinado a calcular e analisar os índices encontrados com base no balanço da empresa “X”, conforme os resultados obtidos nos anos de 2014 e 2015.

Figura 1: Balanço Patrimonial 2014 empresa “X”

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014 DA EMPRESA “X”			
ATIVO			
Ativo circulante			
Disponibilidades			
Caixa	3.133,20		
Bancos c/ Movimento	82.711,30		85.844,50
Realizável			
Valores a Receber			
Duplicatas a Receber	142.340,80		
Estoques			
Mercadorias p/ Revenda	516.320,80		658.663,60
Ativo Permanente			
Ativo Imobilizado			
Moveis e Utensílios	42.489,00	42.489,00	786.997,10
TOTAL DO ATIVO			786.997,10
PASSIVO			
Passivo circulante			
Obrigações a Curto Prazo			
Obrigações Trabalhistas	17.241,80		
Obrigações Sociais	14.372,70		
Obrigações Tributárias	46.148,30		
Fornecedores	389.134,60		466.897,40
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado			
Capital Subscrito	3.000,00		
Reservas			
Lucro Acumulados	317.099,70	320.099,70	786.997,10
TOTAL DO PASSIVO			786.997,10

Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2: Balanço Patrimonial 2015 empresa “X”

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2015 DA EMPRESA “X”			
ATIVO			
Ativo circulante			
Disponibilidades			
Caixa	6.212,25		
Bancos c/ Movimento	61.311,20		
Realizável			
Valores a Receber			
Duplicatas a Receber	239.322,85		
Estoques			
Mercadorias p/ Revenda	433.322,45	740.168,75	
Ativo Permanente			
Ativo Imobilizado			
Movéis e Utensílios	141.233,00	141.233,00	881.401,75
TOTAL DO ATIVO			881.401,75
PASSIVO			
Passivo circulante			
Obrigações a Curto Prazo			
Obrigações Trabalhistas	7.618,80		
Obrigações Sociais	10.112,75		
Obrigações Tributárias	79.694,36		
Fornecedores	482.659,82	580.085,73	
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado			
Capital Subscrito	3.000,00		
Reservas			
Lucro Acumulados	298.316,02	301.316,03	881.401,75
TOTAL DO PASSIVO			881.401,75

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em seguida, foi calculado os índices conforme as fórmulas abaixo:

Índices calculados com base no Balanço Patrimonial de 2014.

$$\text{liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{744508,10}{466897,40} \cong 1,59$$

$$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{744508,10 - 516322,80}{466897,40} \cong 0,49$$

$$\text{liquidez imediata} = \frac{\text{disponibilidade}}{\text{passivo circulante}} = \frac{85844,50}{466897,40} \cong 0,18$$

$$\begin{aligned} \text{Liquidez Geral} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \\ &= \frac{744508,10 + 42489,00}{466897,40 + 0} \cong 1,69 \end{aligned}$$

Índices calculados com base no Balanço Patrimonial de 2015.

$$\text{liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{740168,75}{580085,73} \cong 1,28$$

$$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{740168,75 - 433322,45}{580085,73} \cong 0,53$$

$$\text{liquidez imediata} = \frac{\text{disponibilidade}}{\text{passivo circulante}} = \frac{67523,45}{580085,73} \cong 0,12$$

$$\begin{aligned} \text{Liquidez Geral} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \\ &= \frac{740168,75 + 141233,00}{580085,73 + 0} \cong 1,52 \end{aligned}$$

Logo depois, calculou-se a variação dos índices entre os anos de 2014 e 2015, conforme quadro 3:

Quadro 1: Comparação dos índices dos anos 2014 e 2015.

Índices	Anos		Variação (2015 – 2014)	Porcentagem (%)
	2014	2015		
Liquidez corrente	1,59	1,28	- 0,31	- 19,50%
Liquidez seca	0,49	0,53	0,04	8,16%
Liquidez imediata	0,18	0,12	- 0,06	-33,33%
Liquidez geral	1,19	1,52	0,33	27,73%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a aplicação do índice liquidez corrente obteve-se o resultado de 1,59 e 1,28, nos anos de 2014 e 2015, respectivamente. Dessa forma, o resultado encontrado no cálculo da variação entre os anos de 2014 e 2015 é de -0,3. Assim, houve uma queda neste indicador de aproximadamente 19,50%. No entanto, seu índice continua acima de 1 que para muitos é considerado o valor ideal, mantendo condições de saudar suas obrigações com folga, pois ele tem mais de 1 real para cada real a pagar do seu passivo.

Já no índice de liquidez seca, no ano de 2014, encontrou-se o valor de 0,49 e no de 2015 o valor de 0,53, a variação entre os anos foi de 0,04, sendo um aumento aproximado de 8,16%. Houve uma melhora, pois, esse índice faz uma análise mais enxuta do ativo, visto que com a retirada dos estoques dar mais certeza da capacidade de cumprimento de suas obrigações com terceiro, pois calcula-se apenas as disponibilidades e os valores a receber.

Na aplicação do índice de liquidez imediata encontrou-se no ano de 2014 o valor de 0,18, já aplicando o mesmo índice em 2015 o valor encontrado foi de 0,12, ocorrendo assim uma variação entre os anos de 2014 e 2015 de -0,06, ou seja, houve uma diminuição considerável, aproximadamente, de 33,33%. Assim, identifica-se que quanto mais elevado for este índice, melhor para empresas que realizam maior parte de suas transações à vista, porém, este já não é bom para as que realizam suas transações á prazo, pois significaria dinheiro parado, ocorrendo então a desvalorização da moeda devido a inflação.

Na utilização do índice de liquidez geral no ano de 2014 foi encontrado o valor de 1,19 e 1,52 nos anos de 2014 e 2015, respectivamente. Desse modo, houve uma variação de 0,33, portanto em 2015 em relação a 2014 ocorreu um aumento de aproximadamente 27,73%, a perspectiva encontrada no balanço dessa empresa é muito boa já que o ideal mínimo

esperado seria o resultado ser igual a 1, a empresa conseguiu um aumento em relação ao ano anterior, mostrando um crescimento no valor de seu ativo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu evidenciar a contribuição do uso de indicadores de liquidez financeira no gerenciamento de MPEs. Aqui, buscou-se, principalmente, mensurar o uso dos indicadores pelos empresários na tomada de decisão, na avaliação de uma compra a prazo e na sua participação no planejamento empresarial.

E, também, tem-se as demonstrações contábeis como elementos fundamentais no gerenciamento de uma empresa. Assim, esperava-se obter 100% de conhecimento por parte dos gestores das MPEs. Porém, o resultado foi abaixo do esperado, pois são dos relatórios que se obtém as informações necessárias ao cálculo dos Indicadores e os percentuais dos que conheciam esses relatórios mantiveram-se abaixo de 50%.

Além disso, verificou-se o uso das informações contábeis para fins gerenciais. Nota-se que 57% dos respondentes admitiram utilizá-las na gerencia empresarial, um número relevante, porém, abaixo das expectativas, pois 13% responderam que não as utilizam e 30% não souberam responder.

Quanto ao número de entrevistados que conheciam os indicadores, alcançou-se o percentual de 26%. Por isso, na utilização dos indicadores para estabelecer um limite de endividamento e avaliar a capacidade de pagamento de uma compra à prazo de curto ou longo prazo, os percentuais mostraram-se predominantes nos que estabelecem um limite e avaliam a capacidade de honrar seus compromissos antes de assumir uma nova dívida, no entanto, sem o uso dos índices.

O uso do planejamento é essencial na existência de qualquer empresa. Através dos indicadores seria estabelecido um limite de endividamento e existiria um controle nas dívidas assumidas pela empresa. Entretanto, 43% (17% dos entrevistados que negaram utilizar somados aos 26% que planejam, mas utilizam os indicadores) não os usam para atingir os objetivos empresariais.

Com os valores encontrado por cada índice, discriminados na análise da variação entre os anos, nota-se uma boa administração na empresa “X”, havendo o crescimento em alguns índices. Visualiza-se, também, que eles se mantiveram acima do valor mínimo 1, o qual é indicado. A empresa apresenta um bom crescimento no ativo e uma boa rotatividade do seu caixa, o que evita perdas com a desvalorização da moeda. Dessa forma, percebe-se que a empresa tem recursos suficientes para pagar suas dívidas de curto e longo prazo. Pois seus

índices revelam esse equilíbrio, ativos recebíveis e disponibilidade superiores aos passivos, de modo que a oscilação existente dos indicadores não altera a capacidade de liquidação.

Em relação aos questionados que não souberam responder, acredita-se que a negativa nas respostas advém da falta de conhecimento no assunto. Verifica-se que estes entrevistados representam o percentual de 30% e não souberam responder nenhuma das questões apresentadas.

Dessa forma, com as discussões realizadas, atingiu-se objetivo de evidenciar a contribuição do uso de indicadores de liquidez financeira no gerenciamento de MPEs. Pois, com os conceitos apresentados sobre indicadores e os resultados da pesquisa como fontes de informações, obtém-se um conhecimento relevante e útil a qualquer empresário e interessados em geral.

6. REFERENCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Portal da Legislação**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 3 jul. 2016.

CNC. **MPEs DE PARNAÍBA POR CNAE**. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

FERRARI, Luiz. **Análise de balanços**. Análise das demonstrações financeiras. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 62.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

ITG. **Instruções técnicas gerais**. Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte. Resolução CFC n° 1.418 05 de dezembro de 2012. Disponível em: < http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao_cfc_1418_2012.htm>. Acesso em: 04 de jun. de 2016.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 21.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**. Abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

NBC TG. **Normas brasileiras de contabilidade técnicas gerais**. Brasília. Resolução N°. 1.185/09. Disponível em <

http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 2006, P. 74, p. 191, p. 208, p. 212 p. 221

SIMONSEN, Ricardo. Et al. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. ed. Sebrae 2014. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 03 de jun. 2016.